

## CONCEITO E NATUREZA DO ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL

ESTABELECIMENTO EMPRESARIAL (antigo comercial):

1. É a reunião dos bens (de várias naturezas: mercadorias – máquinas – instalações – tecnologia – prédio e outros) necessários ao desenvolvimento da atividade econômica.
2. A disposição desses bens (em vista do exercício da atividade econômica), por sua vez, necessita de uma forma de proteção = direito (garantir a justa retribuição ao empresário). Exemplo – desapropriação do imóvel em que o empresário mantém seu estabelecimento comercial.
3. Como bem do patrimônio do empresário, o estabelecimento empresarial, não se confunde com os bens que o compõem.
4. O estabelecimento empresarial pode ser descentralizado, isto quer dizer, pode ele manter além da sede:
  - (a) filiais;
  - (b) agências;
  - (c) sucursais;
  - (d) depósitos; e
  - (e) outros.
5. Patrimônio do empresário (sociedade empresária) resume-se no estabelecimento empresarial (são institutos jurídicos distintos).  
Observação: os bens de propriedade do empresário integram o seu patrimônio, mas não o estabelecimento empresarial.
6. Compõe-se o estabelecimento empresarial por bens corpóreos e por bens incorpóreos (ver/ler = artigos 79 a 103 do Código Civil).

CORPÓREOS: mercadorias, instalações, equipamentos, veículos e outros.

- (a) os bens corpóreos são protegidos pelo direito civil e direito penal;
- (b) o direito industrial tutela (...) a propriedade da marca, da invenção e outros.
- (c) a Lei de Locação protege o ponto comercial.

(d) o nome empresarial, enquanto conjuntos de conhecimento jurídicos são tutelados pelo Direito Comercial.

(e) ainda, nos corpóreos, o Direito das Coisas e Direito Penal (artigo 70 a 103 e 1196 seguintes).

INCORPÓREOS são: (direito) ponto, marcas, patentes, e outros.

7. O estabelecimento empresarial, por integrar o patrimônio do empresário, é também garantia dos seus credores (artigo 1144 Código Civil). Anote-se, que o empresário tem sobre o estabelecimento empresarial a mesma livre disponibilidade que tem sobre os demais bens de seu patrimônio (artigo 1145 Código Civil). Ainda, devemos anotar que todo o empresário deve ao proceder à alienação de seu estabelecimento empresarial, colher concordância por escrito de seus credores ou notificá-los (Lei de Falência – artigo 129 inciso VI).

8. Na alienação está protegido, o credor trabalhista, do alienante do estabelecimento empresarial (CLT = Consolidação das Leis do Trabalho - artigo 448).

9. Responsabilidade do adquirente (CTN = Código Tributário Nacional - artigo 133).

10 O “ponto comercial” que compreende o local específico, figura dentre os elementos do estabelecimento empresarial e tem valor fundamental. Se do empresário for, estará protegido pelo Código Civil. Se for de outro, alugado, seguirá a disciplina da locação não residencial (LL = Lei de Locação no artigo 51). Características da locação: ser empresário por mais de cinco anos e estar na exploração do mesmo ramo por mais de 3 anos. Cabe renovatória (Lei de Locação § 5º do artigo 51).

OBSERVAÇÃO: Essa lei é denominada de 8.245 de 1991.

11 O elemento de identificação do estabelecimento empresarial não se confunde com o nome empresarial que identifica o sujeito de direito empresário, nem com a marca ou identidade do produto. O título de estabelecimento não precisa, necessariamente, compor-se dos mesmos elementos lingüístico presentes no nome empresarial e na marca.

EXEMPLO: A sociedade pode chamar-se COMÉRCIO E INDÚSTRIA LUIZ COSTA E CIA. LTDA. O estabelecimento denomina-se de LOJA DA BAGUNÇA. E pode ser titular da marca LUZIADES.